



CONTRATO Nº/20....

PAD Nº. 10712/2020

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO- ITEM 02

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 e Lei nº 10.520/02, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 44/2020, Pregão Eletrônico nº. /....., na modalidade menor preço por item, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº. 10712/2020, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa;

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**
....., com sede na Rua, nº, Bairro
....., Cidade/UF, CEP:, telefone: (....): e-mail:
....., neste ato representada por,
portador(a) do CPF/MF nº, doravante denominada CONTRATADA, têm
entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços de **horas técnicas de especialista em Oracle, item 2**, de acordo com as especificações e condições descritas neste contrato e no Termo de Referência - Anexo I, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência,

Anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Local da Prestação dos serviços:

- Rua João Parolin, 224, bairro Prado Velho - CEP 80.220-902
- Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores - SIDS
- E-mail: sids@tre-pr.jus.br
- Tel: (41) 3330-8614

2.2 - DA ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.2.1 - O serviço de hora técnica de especialista Oracle deverá ser prestado por profissional que possua as certificações Oracle *Database Administrator Professional Certified* para a versão 11g ou superior, Oracle *Cloud Infrastructure*, com apresentação na assinatura do contrato.

2.2.2 - As horas técnicas poderão ser utilizadas de segunda a sexta, compreendendo o período das 08:00 às 20:00 horas.

2.2.3 - A execução das horas será realizada in loco ou de forma remota, a critério do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

2.2.3 - A execução das horas será realizada *in loco* ou de forma remota, a critério do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

2.2.4 - Estão inclusos no escopo de utilização das horas técnicas, mas não se limitando:

2.2.4.1 - Avaliação da configuração das rotinas de backup com sugestões de melhoria ou adaptações às melhores práticas.

2.2.4.2 - Implementação de boas práticas na configuração das instâncias Oracle *Enterprise* e Oracle *DataGuard*.

2.2.4.3 - Avaliação, configuração e implementação de integração com armazenamento de nuvem pública.

2.2.4.4 - Implementação de rotinas de validação de criptografia e proteção de dados pessoais.

2.2.4.5 - Avaliação e sugestão de rotinas de migração de bancos Oracle 11g para Oracle 12.

2.2.4.6 - Apoio técnico na migração de base de dados Oracle *Enterprise* de infraestrutura externa para o *appliance* integrado para armazenamento e processamento de Banco de Dados.

2.2.5 - Para otimização das tarefas realizadas, as horas serão executadas em blocos de, no mínimo, 6 (seis) horas e serão agendadas, com antecedência mínima, de 72 (setenta e duas) horas.

2.3 - Do recebimento do objeto:

2.3.1 - Do recebimento provisório:

2.3.1.1 - Não haverá recebimento provisório para este item.

2.3.2 - Do recebimento definitivo:

2.3.2.2 - O recebimento definitivo será realizado com o atestado de execução das horas técnicas pelo gestor responsável pela Seção de Administração de Dados e Inteligência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência - **ANEXO I**, que será parte integrante deste contrato.

3.2 - A CONTRATADA deverá manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho: "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral";

Nota de Empenho:NE....., emitida em/...../.....;

Elemento de despesa:33.90.40.11;

Categoria Econômica: CUSTEIO

Código do Siasg: 3840

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará por **36 (trinta e seis) meses** podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §1º da Lei 8.666/93 ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A gestão será realizada pelo Chefe da Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores devidamente designado pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

6.2- O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços, e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1- A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3 - Ao **Gestor** da contratação caberá:

6.3.1. Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-PR para pagamento;

6.3.2. Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

6.3.3. Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;

6.3.4. Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total estimado de R\$ (.....)

Item	Descrição	Qtde horas/técnicas	Valor unitário (por hora/técnica)	Valor Total
2	Horas técnicas de especialista Oracle	100

7.1.1 - Para tarefas agendadas em horário especial, compreendendo fins de semana e feriados, será considerado o multiplicador 1.5 para cada hora necessária, a fim de cobrir eventuais custos de horas extras do profissional alocado.

7.2 - O pagamento ocorrerá mensalmente, sempre que houver fatura, conforme a quantidade de horas técnicas executadas no período.

7.3 - Do documento fiscal:

7.3.1 - A nota fiscal, se emitida na forma eletrônica, nos termos da legislação vigente, deverá ser encaminhada ao gestor do contrato do TRE-PR, no email: sids@tre-pr.jus.br, até o 05(quinto) dia do mês seguinte à prestação dos serviços, em formato PDF ou, se emitida na forma física, deverá ser encaminhada à Seção de Protocolo, na sede do TRE-PR, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, CEP: 80.220-902, Curitiba/PR.

7.3.2 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da CONTRATADA;
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e total;
- Número do contrato;
- Número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

7.3.3 - O CNPJ constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo cadastrado no sistema comprasnet e nos documentos de habilitação, para fins de participação no processo licitatório.

7.3.3.1 – Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, no momento do pagamento, deverá ser comprovada a regularidade fiscal do CNPJ apresentado na nota fiscal/fatura.

7.3.3.1.1 – A CONTRATADA deverá estar ciente de que, caso ocorra essa exceção constante do item acima, ambos os CNPJs – matriz e filial – deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.3.3.1.1.

7.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TER-PR.

7.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato e/ou anexo(s).

7.6 – CORREÇÃO MONETÁRIA: Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da CONTRATADA, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

I = $(6/100)/365$

7.7 – Da regularidade fiscal:

7.7.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.7.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.7.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato e/ou anexo(s).

7.7.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.7.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 - Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº. 9430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 - Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE CONTRATUAL

9.1 - O reajuste de preços do presente contrato **será** calculado pelo **Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI)**, previsto na Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Tecnologia da Informação, divulgado pelo **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)** da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo;

desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação da proposta constante do edital;

9.1.1 - Será considerado índice inicial o da data da apresentação de proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):

$$R = \frac{V \times I - I_0}{I_0}$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

a) Advertência: para ocorrências que não causarem prejuízos à Administração.

b) Das multas:

b.1) multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do contrato, **por dia**, pelo atraso injustificado no cumprimento aos horários e/ou prazos estipulados no presente instrumento, com limite de 10 (dez) dias. Após esse prazo será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato I, limitado a 30 dias. A partir do 31º dia de atraso, será considerado inadimplência total.

b.2) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pelo não atendimento a quaisquer outras obrigações pactuadas.

b.3) Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor contratual pela cessação da prestação dos serviços.

b.4) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual pelo inadimplemento total do contrato.

10.2 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.3 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.4 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão a alocação de funcionários, pela CONTRATADA, para o desempenho dos serviços que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, conforme artigo 3º da Resolução 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral do TRE/PR
P/ CONTRATANTE

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.